

BOLETIM

DESIGUALDADE NAS METRÓPOLES

Nº 04

1º TRIMESTRE DE 2021



**OBSERVATÓRIO
DAS METRÓPOLES**
Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia

PUCRS



SALATA, Andre Ricardo., RIBEIRO, Marcelo Gomes.

Boletim Desigualdade nas Metr6poles. Porto Alegre/RS, n. 04, 2021

Disponível em:
<<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/>>

*As manifestações expressas neste documento representam exclusivamente a opinião de seus autores, e não, necessariamente, a posição das instituições envolvidas no projeto.

FICHA TÉCNICA

PESQUISADORES RESPONSÁVEIS

Prof. Dr. Andre Ricardo Salata
Professor de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Pesquisador do Núcleo RS do Observatório das Metr6poles
Pesquisador da Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

Prof. Dr. Marcelo Gomes Ribeiro
Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Pesquisador do Núcleo RJ (coordenação nacional) do Observatório das Metr6poles

MEMBROS DA EQUIPE DE PESQUISA

Paula Guedes Martins Ferreira
Pesquisadora bolsista do Núcleo RJ do Observatório das Metr6poles

INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS

Observatório das Metr6poles (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT)
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL)

FOMENTO

Fundação PORTICUS
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

CONTATOS (ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING)

PUCRS (ASCOM)
imprensa@pucrs.br / ascom@pucrs.br
(51) 3320-3503 / (51) 3320-3603

Comunicação Observatório das Metr6poles
comunicacao@observatoriodasmetrolopes.net

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

1

No primeiro trimestre de 2021 a média móvel do coeficiente de Gini nas Regiões Metropolitanas, que mede a desigualdade de rendimentos do trabalho e foi registrada em 0,637, atingiu seu maior valor na série histórica que começou no primeiro trimestre de 2012. Isso significa que o nível de desigualdade do trabalho foi o mais elevado em todo o período observado.

2

Entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021 a média móvel do coeficiente de Gini nas metrópoles passou de 0,608 para 0,637, um aumento de 4,8%. Este é o maior aumento já registrado do primeiro trimestre de um ano em relação ao primeiro trimestre do ano imediatamente anterior desde o começo da série histórica.

3

O percentual de pessoas vivendo em domicílios com renda per capita do trabalho menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, no conjunto das metrópoles, era de 20,2% no início da série histórica (2012). Já no primeiro trimestre de 2020 chegava a 24,5%. E apenas um ano depois, no 1º trimestre de 2021, alcançou o patamar de 29,4%. Em termos absolutos, isso significa que em um ano o número de pessoas nessa situação passou de 20.230.528 para 24.535.659.

4

Entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021 houve queda de 8,5% do rendimento médio no conjunto das Regiões Metropolitanas, que passou de R\$ 1.423,93 para R\$ 1.302,79. Essa queda fez a renda média retornar ao patamar do início da série, no ano de 2012.

5

Para o estrato dos 40% mais pobres, o rendimento médio do trabalho caiu 33,4% no conjunto das metrópoles, entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021. Para os 50% de renda intermediária a queda foi de 7,6%. Para o estrato de renda dos 10% do topo da distribuição a queda foi de 4,8%. Portanto, apesar de ter ocorrido redução de rendimento em todos os estratos de renda, a queda foi muito mais pronunciada para os mais pobres.

DESTAQUES DESTA EDIÇÃO

6

No 1º trimestre de 2020, os 10% do topo da distribuição de renda ganhavam, em média, 29,6 vezes mais do que os 40% da base da distribuição de renda. No 1º trimestre de 2021, os 10% do topo da distribuição de renda passaram a ganhar, em média, 42,3 vezes mais que os 40% da base da distribuição de renda¹.

7

No estrato dos 40% mais pobres, a média de anos de estudo completos no 1º trimestre de 2021 era de 10,6 anos, enquanto para os 50% do estrato intermediário era de 13,0 anos de estudo completos, e para os 10% mais ricos era de 15,4 anos de estudo completos².

1 Valores calculados com base na média móvel de rendimentos dos últimos 4 trimestres.

2 Valores correspondentes à média móvel dos últimos 4 trimestres.

01 APRESENTAÇÃO

O Brasil é reconhecidamente um país desigual e há décadas figura entre as nações com pior distribuição de rendimentos do planeta. Hoje sabemos dos inúmeros efeitos negativos de um elevado nível de desigualdades, tais como o esgarçamento do tecido social, o desperdício de talentos, o enfraquecimento das instituições democráticas e a redução da capacidade de crescimento econômico – como recentemente reconhecido por instituições como o FMI¹ e o Banco Mundial. Não à toa, nos últimos anos o tema das desigualdades, e seu crescimento em muitos países, ampliou seu alcance no debate público.

Em um país com as dimensões do Brasil, podemos analisar as desigualdades a partir de inúmeros recortes geográficos. Normalmente tratamos da desigualdade no conjunto do país, o que reflete tanto as disparidades no interior de cada região geográfica, estado ou município, quanto as enormes distâncias socioeconômicas entre os mesmos, entre outros aspectos. Longe dos laboratórios de dados, aos cidadãos em seu cotidiano, algumas destas disparidades são mais visíveis do que outras. Por exemplo, a distância socioeconômica que separa os moradores da Rocinha – conhecida favela, alçada a status de bairro, no município do Rio de Janeiro – dos moradores do Leblon – localizado numa das zonas mais nobres do mesmo município – sem dúvida não passa despercebida aos olhos dos moradores da cidade

do Rio de Janeiro. Diferentemente, a desigualdade entre moradores da região Norte e da região Sul do país é conhecida, mas não faz parte do cotidiano dos moradores de Porto Alegre. Do ponto de vista sociológico, portanto, é muito pertinente analisar as desigualdades a partir de recortes menores que o conjunto do país.

Atualmente quase 40% da população brasileira, ou mais de 80 milhões de pessoas, vivem em alguma das regiões metropolitanas do país². E podemos afirmar que o protagonismo político, econômico e social de tais regiões supera, com folga, seu relevante peso demográfico, fazendo-as unidades de análise essenciais. Ao mesmo tempo, no interior de cada região metropolitana encontramos municípios altamente integrados do ponto de vista econômico e social, tornando limitadas quaisquer análises que procurem tratar da dinâmica de cada um deles em separado, como entidades isoladas.

A despeito de seu protagonismo econômico, social e político, as regiões metropolitanas vêm enfrentando enormes desafios, como a questão da violência urbana, das condições de moradia, do acesso e qualidade dos serviços públicos e, de um modo geral, das barreiras para o exercício pleno da cidadania por parcela considerável de seus habitantes. Como elemento constituinte e

1 Fundo Monetário Internacional.

2 Ver notas metodológicas, abaixo.

basilar desse quadro, e que atravessa os diferentes desafios acima mencionados, temos o elevado grau de desigualdades no interior destas regiões.

O *Boletim – Desigualdade nas Metrôpoles* tem como objetivo produzir um conjunto de informações relevantes acerca das desigualdades de rendimentos no interior das regiões metropolitanas do país. E, como fim último desta publicação, esperamos que os dados aqui reunidos colaborem para um debate público mais bem informado a respeito da grave situação das metrôpoles brasileiras no que concerne às desigualdades sociais.

Para tanto, fazemos uso dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), do IBGE, em especial de sua divulgação trimestral. À cada trimestre, então, os dados serão atualizados e divulgados em novos boletins. De modo complementar, a partir dos dados da divulgação anual do IBGE, que trazem informações mais completas – por exemplo, outros rendimentos que não do trabalho –, produziremos e divulgaremos boletins anuais especiais, com o mesmo objetivo³.

Em cada um dos boletins trimestrais, além das informações básicas, incluiremos blocos complementares sobre: desigualdade e escolaridade (1º trimestre), desigualdades raciais (2º trimestre), desigualdades de gênero (3º trimestre) e desigualdade

de oportunidades (4º trimestre).

Este trabalho é fruto de uma colaboração entre três instituições: INCT Observatório das Metrôpoles, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Rede de Observatórios da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Em nossos boletins, e com o intuito de atingir um público mais amplo, prezamos por uma linguagem menos técnica, com foco em informações gráficas e um estilo sucinto e direto de comunicação.

3 Ver notas metodológicas, abaixo.

NOTAS METODOLÓGICAS

1

A fim de manter a comparabilidade com a série histórica da PNAD tradicional, e também com o intuito de garantir uma maior estabilidade da medida, trabalhamos com os rendimentos habituais do trabalho, e não os efetivos. Ao utilizar a divulgação trimestral da PNADc, que nos garante uma menor defasagem dos dados, temos acesso apenas aos rendimentos do trabalho (formal e/ou informal), não incluindo, portanto, os rendimentos de outras fontes – estes presentes na divulgação anual. Para o cálculo das estatísticas de desigualdade, damos preferência ao uso da renda domiciliar per capita do trabalho.

2

Por estarmos trabalhando somente com os rendimentos do trabalho, é preciso muita cautela na interpretação dos dados. Apesar de a renda do trabalho corresponder a mais de 70% dos rendimentos totais, seu peso relativo não é homogêneo entre os diferentes estratos. Por essa razão, a desigualdade calculada somente a partir desta fonte de rendimentos tende a ser maior do que a desigualdade calculada por meio dos rendimentos totais. Também por isso, a própria evolução das desigualdades é diferente quando consideramos os demais tipos de rendimento. Conforme algumas análises recentes já demonstraram para o conjunto do país, os rendimentos de outras fontes, como de políticas sociais de transferência de renda, têm sido capazes de compensar o aumento das desigualdades na distribuição dos rendimentos do trabalho. Portanto, é muito importante frisar que os dados aqui apresentados mostram qual o nível e evolução das desigualdades resultantes da dinâmica do mercado de trabalho.

3

Trabalhamos com todas as regiões metropolitanas para as quais temos dados representativos nas PNADs contínuas, produzidas pelo IBGE. No total temos um conjunto de 20 Regiões Metropolitanas (Manaus, Belém, Macapá, Grande São Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Salvador, Belo Horizonte, Grande Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Florianópolis, Porto Alegre, Vale do Rio Cuiabá e Goiânia), além do Distrito Federal e da Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. Apesar dessas duas últimas localidades não serem denominadas de região metropolitana, que tem um sentido institucional específico no Brasil desde a Constituição Federal de 1988, quando tratadas em termos genéricos vamos nos referir a elas como regiões metropolitanas. Além disso, mesmo reconhecendo que no Brasil nem todas as regiões metropolitanas são, de fato, metrópoles do ponto de vista da compreensão da geografia, vamos utilizar as denominações de metrópole e região metropolitana como sinônimos a fim de tornar o texto com uma linguagem mais fluída. Ainda, ao fazer uso das informações para todas estas localidades, não podemos recuar nossas análises para o período anterior ao ano de 2012, antes do surgimento das PNADs contínuas, e para o qual apenas um conjunto muito menor de Regiões Metropolitanas era considerado pelo IBGE.

02 COEFICIENTE DE GINI

O Coeficiente de Gini mede o grau de distribuição de rendimentos entre os indivíduos de uma população, variando de zero a um. O valor zero representa a situação de completa igualdade, em que todos teriam a mesma renda; e o valor um representa uma situação de completa desigualdade, em que uma só pessoa deteria toda a renda. Dessa forma, é possível comparar a desigualdade de renda entre dois momentos ou locais a partir desse coeficiente.

Nas figuras 1 e 2 estão expostos, respectivamente, os gráficos da evolução da média do coeficiente de Gini para o conjunto das regiões metropolitanas⁴ e a evolução da média móvel de quatro trimestres do coeficiente de Gini – o que permite observar melhor as tendências de longo prazo.

Na figura 1, o que se constata é que o coeficiente de Gini se manteve relativamente estável entre o início da série até o segundo trimestre de 2015, quando se elevou até o primeiro trimestre de 2019, sendo seguido por uma tendência de queda até o quarto trimestre de 2019. Nos trimestres seguintes, já no ano de 2020, ocorreu significativo aumento no Gini, seguidos de uma leve queda no último trimestre daquele ano. Por fim, entre o

último trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2021 constatamos uma tendência de manutenção da média do Gini para o conjunto das regiões metropolitanas, com uma leve variação para cima. O valor registrado no primeiro trimestre de 2021 – 0,632 – é o terceiro mais alto da série histórica, inferior apenas aos registrados no segundo e terceiro trimestre de 2020.

Na figura 2, fica evidenciado o comportamento de aumento contínuo do Gini entre o 3º trimestre de 2015 e o 4º trimestre de 2020, assim como o aumento abrupto que ocorreu entre os 1º trimestres de 2020 e 2021, o que aponta para a elevação expressiva das desigualdades de renda oriundas do trabalho no conjunto das Regiões Metropolitanas do país - decorrente da crise econômica existente desde 2015 e aprofundada pela crise sanitária devido à Covid-19. A média móvel do Gini encontrada no primeiro trimestre de 2021 é a maior de toda a série histórica: 0,637.

Na figura 3 está exposta a evolução da média móvel do coeficiente de Gini para cada uma das regiões metropolitanas, agrupadas pelas grandes regiões geográficas Norte, Nordeste⁵, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O objetivo deste conjunto de gráficos é expressar

4 Ou seja, primeiro calculamos o coeficiente de Gini para cada uma das RMs, em cada um dos trimestres/ano. Posteriormente, calculamos a média dos coeficientes em cada um dos trimestres/ano.

5 Em função do grande número de metrópoles no Nordeste, e a fim de facilitar a visualização dos dados, decidimos por separá-los em dois gráficos distintos.

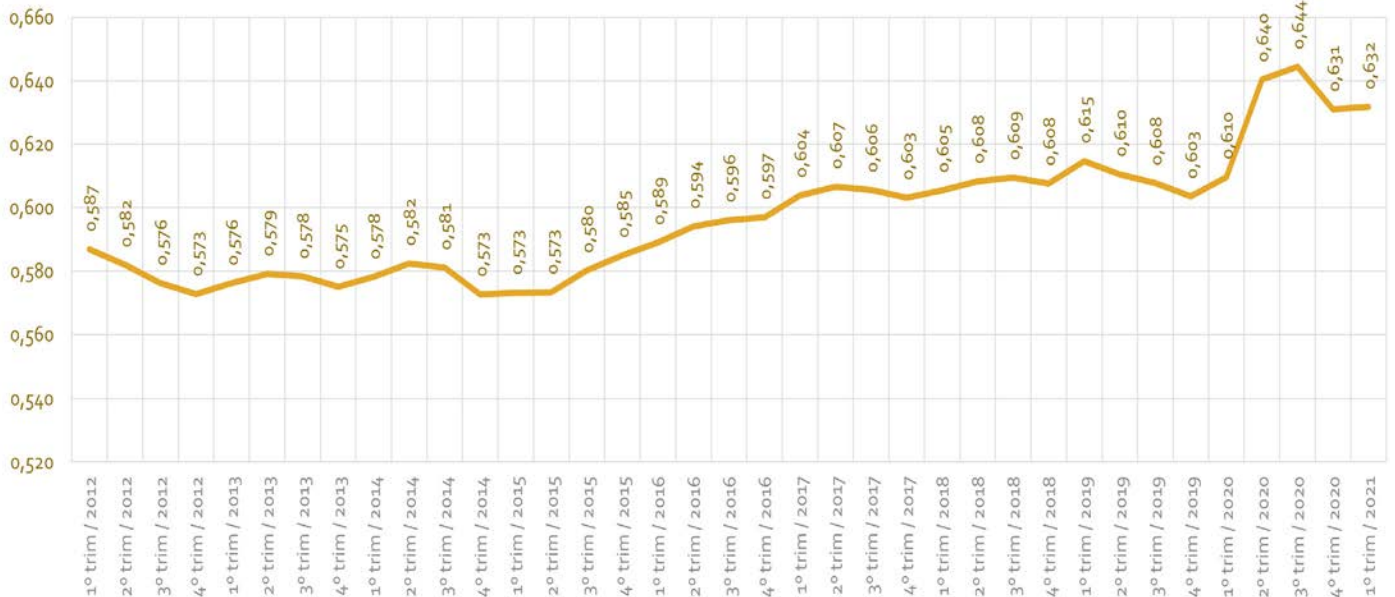


FIGURA 1: Evolução do coeficiente de Gini* - Média do conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

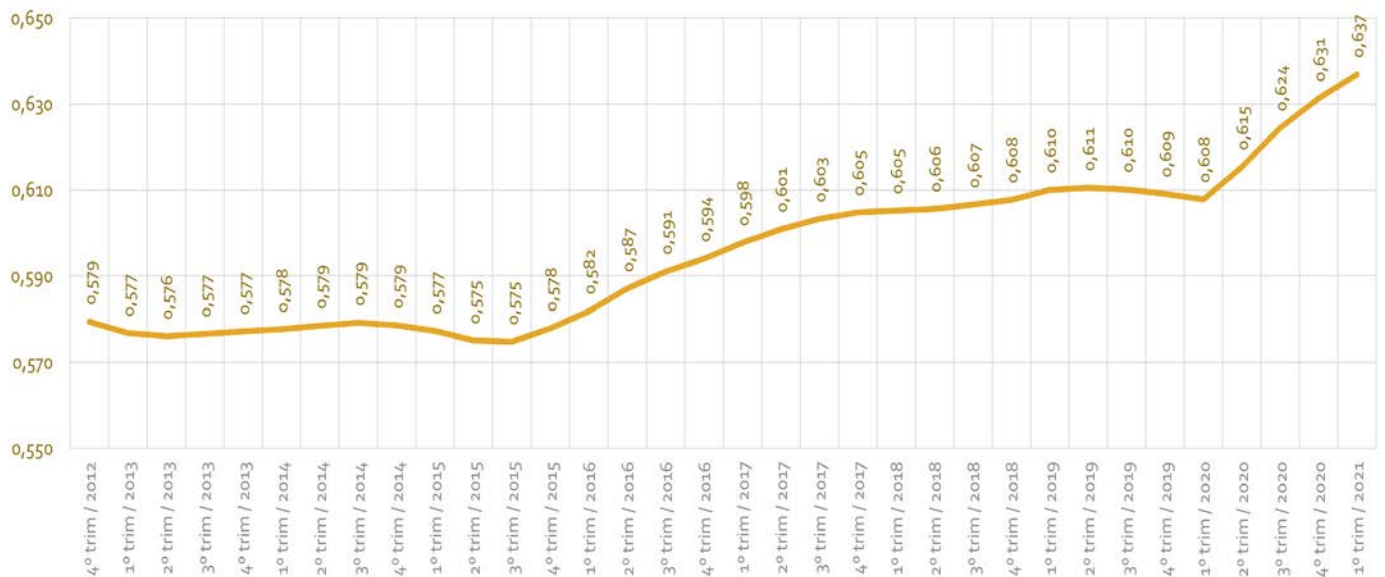


FIGURA 2: Evolução da média móvel* do coeficiente de Gini - Média do conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Média móvel de quatro trimestres.

(**) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

a tendência da evolução das desigualdades internas a cada uma das RMs ao longo dos últimos anos.

Ao considerar os gráficos de uma forma geral, se percebe que na maior parte das regiões geográficas as regiões metropolitanas apresentaram níveis de desigualdade de renda próximos, indicando uma convergência regional neste aspecto. A exceção foi o Distrito Federal, que apresentou perfil do coeficiente de Gini bem maior do que o restante das Regiões Metropolitanas do Centro-Oeste, embora venha se aproximando delas no período analisado. Ao longo de 2020, percebe-se também um distanciamento da RM de João Pessoa das outras RMs que compõe o grupo Nordeste I, Teresina, Fortaleza e Natal.

Além disso, comparando as regiões geográficas, se nota maior desigualdade de renda na região Nordeste e valores inferiores para região Sul e para região Centro-Oeste, com exceção do Distrito Federal. Outro aspecto geral é que a evolução do coeficiente de Gini por região metropolitana tornou também evidente os efeitos recentes da pandemia sobre as desigualdades, posto que o coeficiente cresceu em 2020 em quase todas as regiões analisadas.

Olhando para cada uma das regiões geográficas, observamos que na região Norte a metrópole com maior nível de desigualdade era a RM de Manaus até 2018, quando foi superada pela RM de Belém. O crescimento das desigualdades na RM de Belém foi

elevado, com a média móvel saltando de 0,534 para 0,657 entre o 4º trimestre de 2015 e o 1º trimestre de 2021, atingindo o maior valor da série histórica.

Em relação à região Nordeste I, que agrupa as RMs de Teresina, Fortaleza, Natal e João Pessoa, o comportamento foi de um crescimento suave, mas constante, da desigualdade de renda no período analisado. As três primeiras RMs tiveram médias dos coeficientes semelhantes e que se intercalaram, enquanto a RM de João Pessoa teve a maior média do coeficiente em todo o período, registrando ainda uma alta maior do que o restante em 2020. Nos últimos quatro trimestres, a média móvel do coeficiente de Gini naquela região passou de 0,672 para 0,729, um crescimento de 8,5%, valor superior à média das regiões metropolitanas (4,8%).

A região Nordeste II, composta pelas RMs de Recife, Maceió, Aracaju e Salvador, teve um perfil bastante estável e elevado da desigualdade de renda quando em comparação com as outras regiões geográficas. No início da série se percebeu uma distância maior entre as médias dos coeficientes das RMs Recife e Maceió, mas ao final todas as quatro Regiões Metropolitanas tiveram médias de coeficientes de Gini muito semelhantes.

De modo geral, as RMs do Nordeste se caracterizaram por um grau constantemente mais elevado de desigualdades e com comportamento claro de aumento em Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju e, mais

recentemente, em Recife.

Na região Sudeste se nota elevação da desigualdade de renda no período, puxada principalmente pelo aumento das desigualdades nas RMs do Rio de Janeiro e de São Paulo. Isso faz com que essas duas regiões metropolitanas se destaquem das RMs de Belo Horizonte e de Grande Vitória nos últimos anos. Nesta região geográfica se verifica a elevação acentuada da média móvel ao longo de 2020, chegando ao maior valor da série histórica nas quatro regiões.

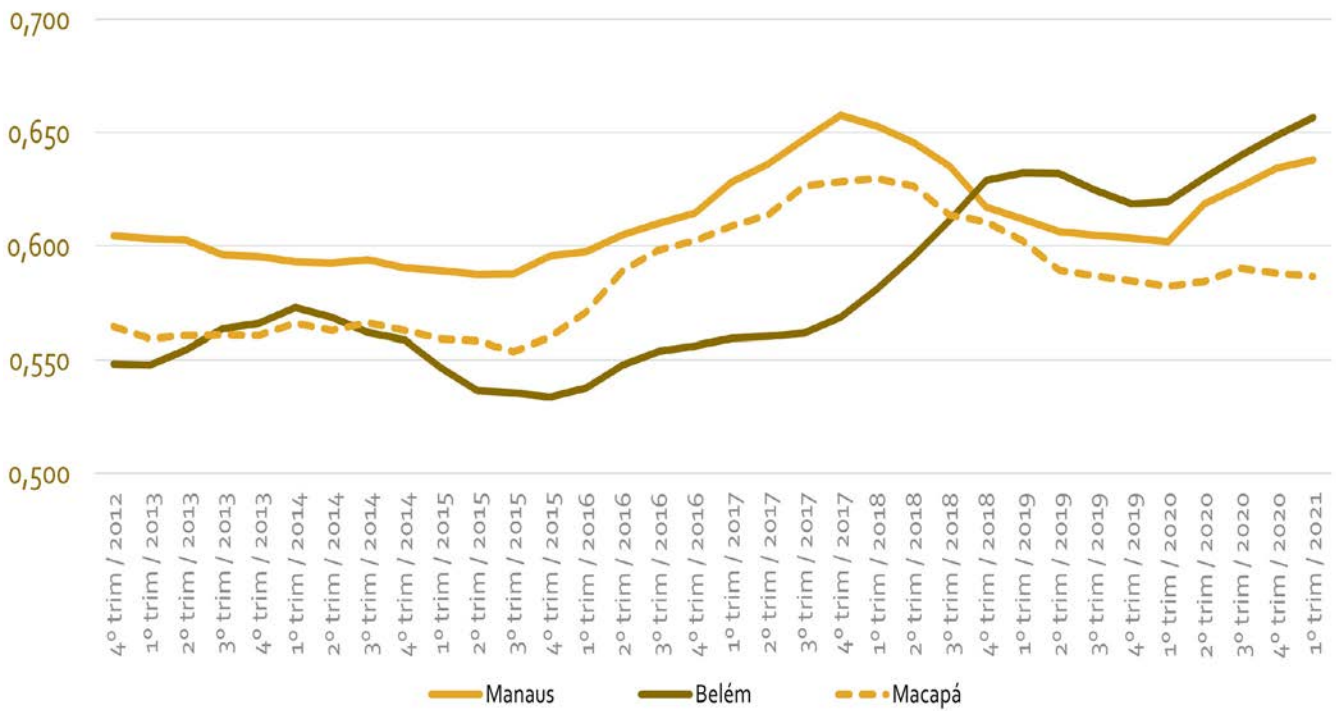
No caso do Rio de Janeiro, o comportamento de elevação da média móvel do Gini começou no 4º trimestre de 2015 - quando era de 0,586 – e subiu de modo praticamente ininterrupto (e especialmente acentuado ao longo de 2020) até o 1º trimestre de 2021 – quando chegou a 0,687, com o aumento de 7,8% em um ano. Já para São Paulo, a tendência de subida se iniciou no 4º trimestre de 2013 – quando a média móvel era de 0,574 -, chegando até o valor de 0,657 no 1º trimestre de 2021, com algumas interrupções deste comportamento ao longo do caminho.

A região Sul apresenta os menores níveis de desigualdade entre as regiões geográficas, de modo que a série histórica se manteve abaixo de 0,6 para as três regiões metropolitanas até 2020, quando esse patamar foi superado pela RM de Porto Alegre - que alcançou a média móvel do Gini de 0,631. Ao longo do período, a RM de Porto Alegre apresentou a maior desigualdade,

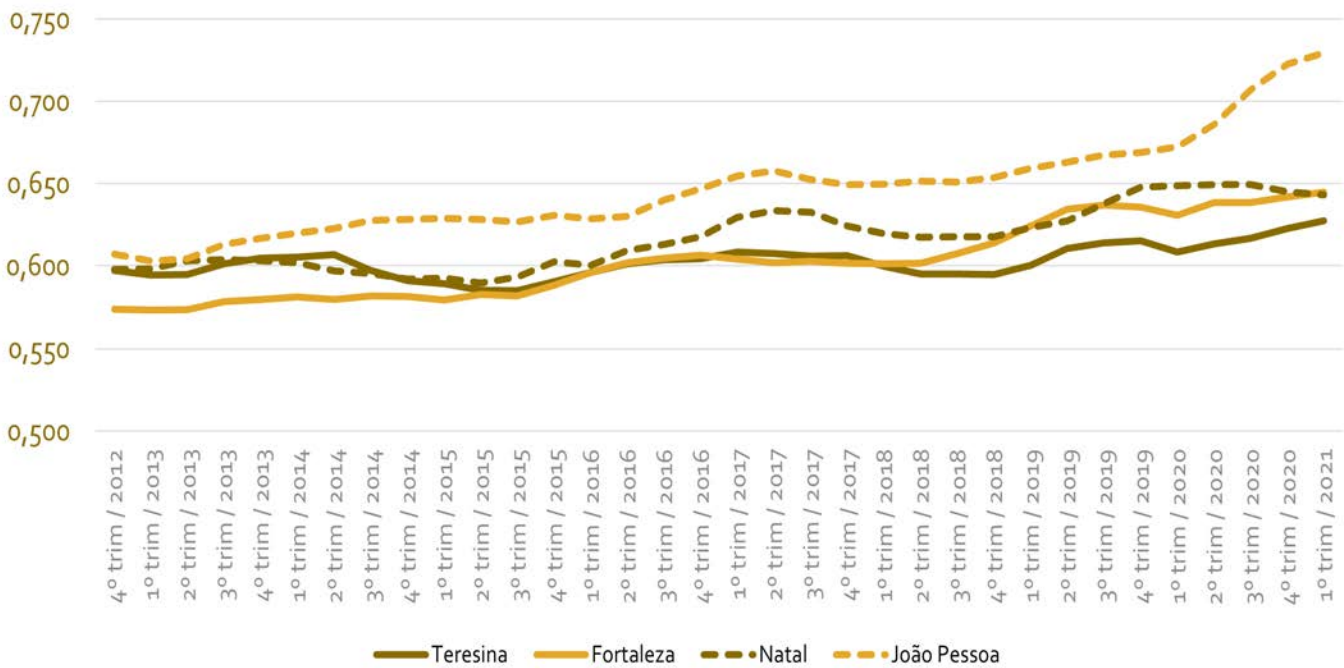
seguida pela RM de Curitiba e pela RM de Florianópolis. No último trimestre, contudo, a RM de Florianópolis alcançou o valor de 0,593 na média móvel do Gini, superando a RM de Curitiba. A elevação da média móvel do Gini na RM de Florianópolis foi de 10,8% em um ano, uma das maiores registradas no período para a região sul.

Constatamos que a região Centro-Oeste apresentou a maior disparidade interna, com a distância do comportamento da desigualdade do Distrito Federal em relação às outras duas Regiões Metropolitanas. As RMs do Vale do Rio Cuiabá e de Goiânia apresentaram índices mais baixos de desigualdade de renda, principalmente até 2016, quando a RM do Vale do Rio Cuiabá reverteu o comportamento do seu coeficiente de Gini e passou por um crescimento constante da desigualdade, chegando a valores próximos aos do Distrito Federal em 2020. No 3º trimestre de 2014 a média móvel do Gini era de 0,505 no Vale do Rio Cuiabá e no 4º trimestre de 2017 chegou a 0,561. A RM de Goiânia sofreu um grande aumento da desigualdade de renda ao longo de 2020 com a média móvel do coeficiente de Gini variando entre 0,536 e 0,594 entre os 1ºs trimestres de 2020 e de 2021, respectivamente. Esse crescimento acentuado de 10,7% no ano fez com que o Gini da RM de Goiânia superasse o Gini da RM do Vale do Rio Cuiabá, se situando como a segunda RM mais desigual da região Centro-Oeste.

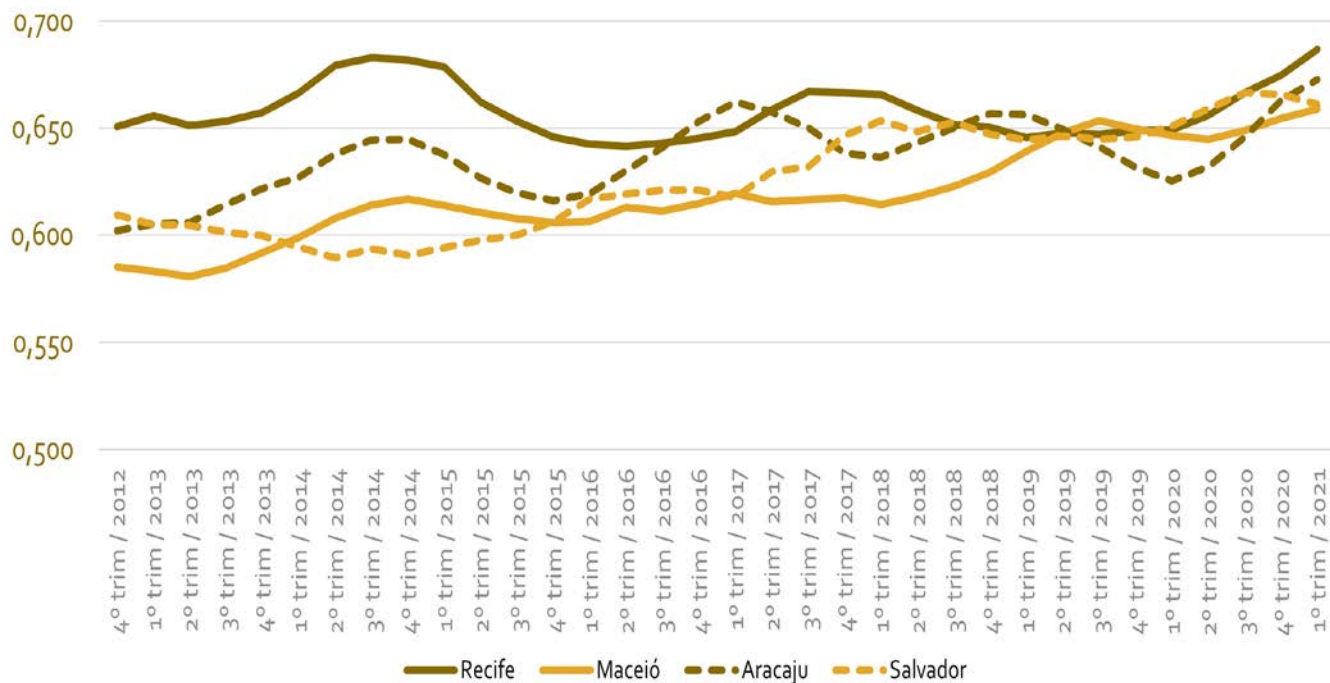
Região Norte



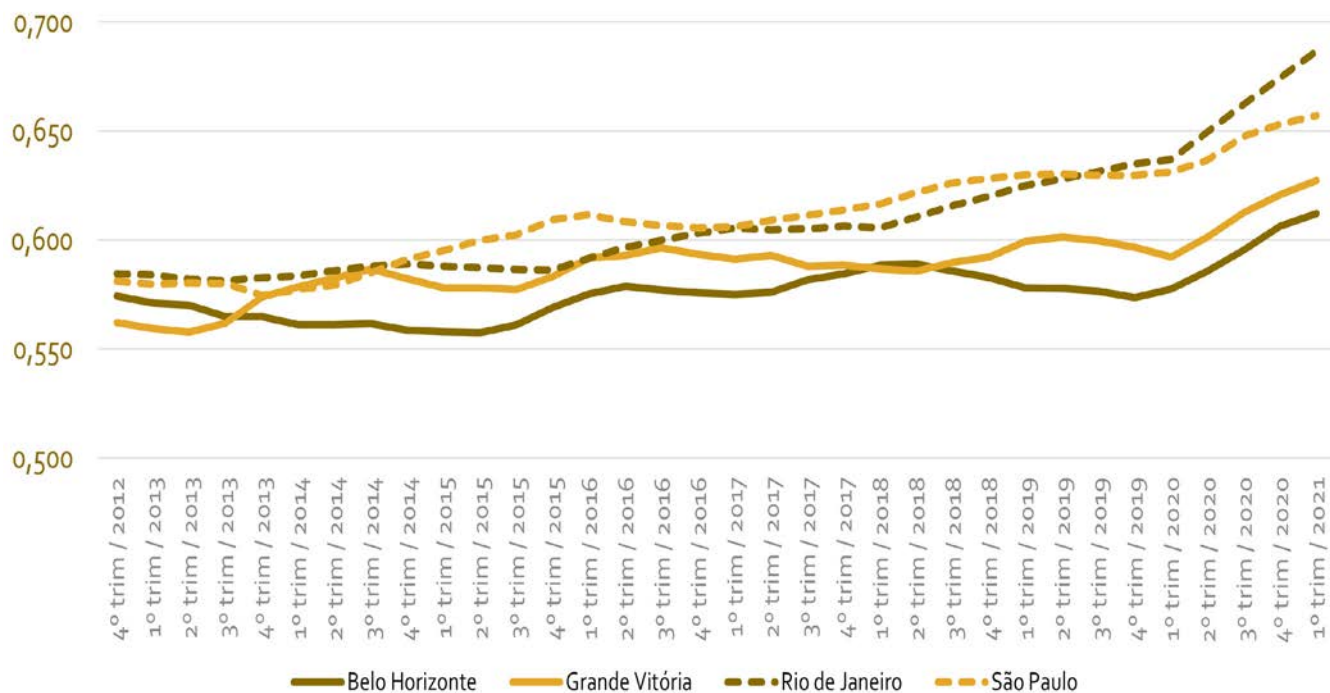
Região Nordeste I



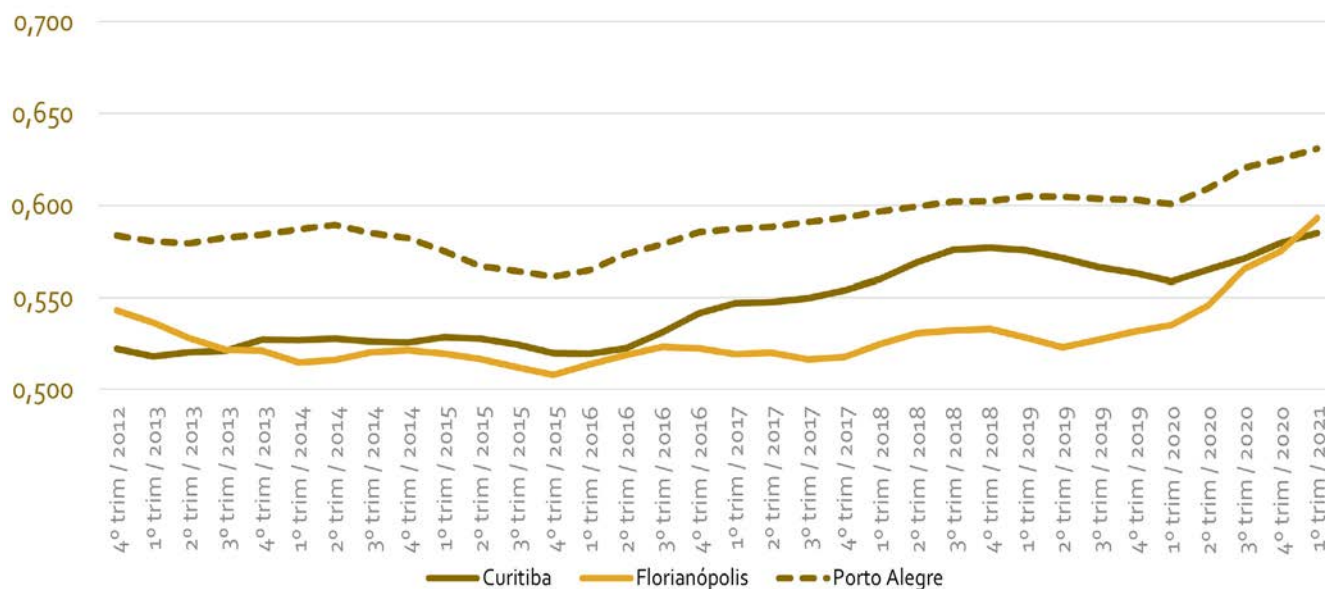
Região Nordeste II



Região Sudeste



Região Sul



Região Centro-Oeste

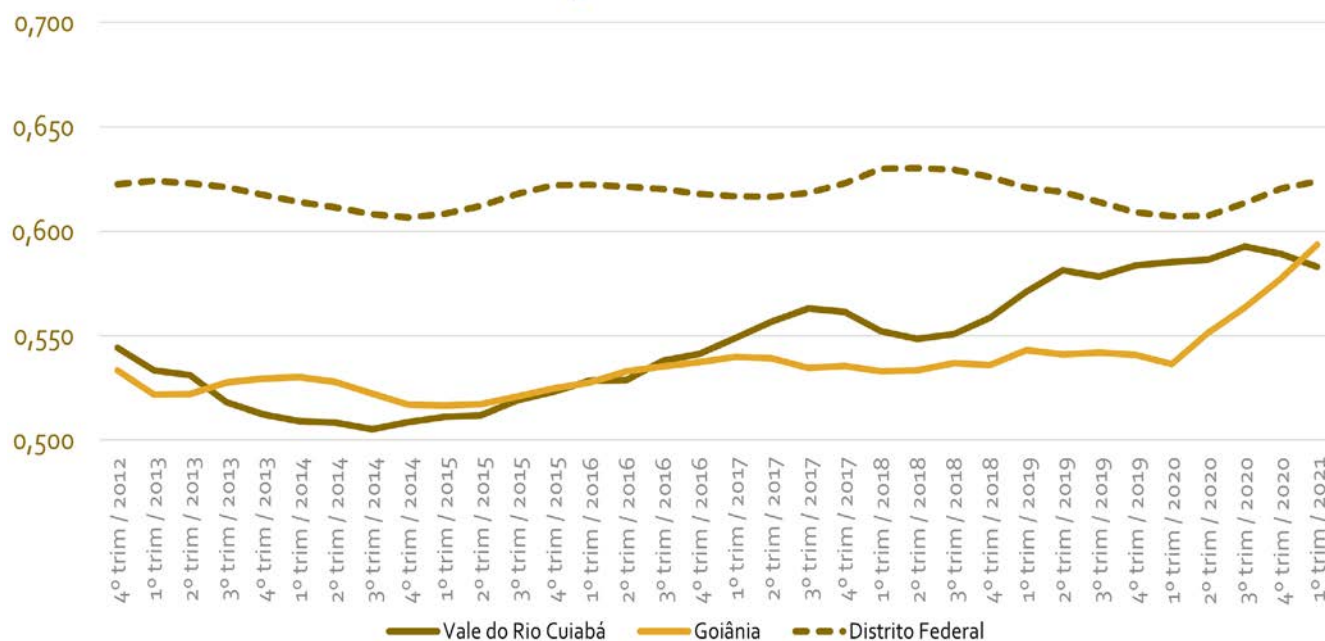


FIGURA 3: Evolução do coeficiente de Gini* - Regiões Metropolitanas por Região Geográfica (média móvel de quatro trimestres)

Fontes: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

No 1º trimestre de 2021 completamos 4 trimestres desde que os efeitos da pandemia se fizeram sentir no país, e que foram captados pela primeira vez nos dados do 2º trimestre de 2020. Desse modo, ao calcular, a partir dos dados do 1º trimestre de 2021, a média móvel dos últimos quatro trimestres, e compará-la com a média móvel do 1º trimestre de 2020, estamos colocando lado a lado a realidade das metrópoles imediatamente antes e durante a pandemia. Com esse intuito, na figura 4 trazemos as médias móveis de quatro trimestres dos coeficientes de Gini para o 1º trimestre de 2020 e para o 1º trimestre de 2021 para cada uma das Regiões Metropolitanas.

Há uma considerável variação do coeficiente de Gini entre as Regiões Metropolitanas, mesmo observando que em geral todas elas apresentaram níveis de desigualdades muito elevados. No conjunto das metrópoles mais desiguais no 1º trimestre de 2021, com Gini acima da média, temos, em ordem decrescente de desigualdade de renda: João Pessoa, Rio de Janeiro, Recife, Aracaju, Salvador, Maceió, São Paulo, Belém, Fortaleza e Natal. Já entre as metrópoles menos desiguais, com Gini abaixo da média, constam também em ordem decrescente de desigualdade de renda: Teresina, Grande Vitória, Distrito Federal, Grande São Luis, Belo Horizonte, Goiânia, Florianópolis, Macapá, Curitiba e Vale do Rio Cuiabá.

Além da posição relativa entre as metrópoles, as

informações da figura 4 nos permitem também verificar a variação das desigualdades de renda no último ano, comparando sua evolução recente entre as regiões metropolitanas de todo o país. O primeiro aspecto que se percebe foi o aumento geral da desigualdade de renda ao longo de 2020. A variação do coeficiente de Gini para a média do conjunto das RMs foi de 0,608 a 0,637, um aumento de 4,8%. Esse aumento se verificou na grande maioria das RMs, com as exceções sendo as RMs de Natal e Vale do Rio Cuiabá, que registraram pequena redução (inferiores a 1%) da desigualdade de renda.

O resultado geral é bastante preocupante, pois as RMs já apresentavam altíssimo grau de desigualdades antes do resultado da pandemia aparecer. No último ano, aquele já elevado nível de desigualdades subiu para outro patamar, alcançando inclusive um valor acima de 0,7 na RM de João Pessoa – resultado bastante simbólico.

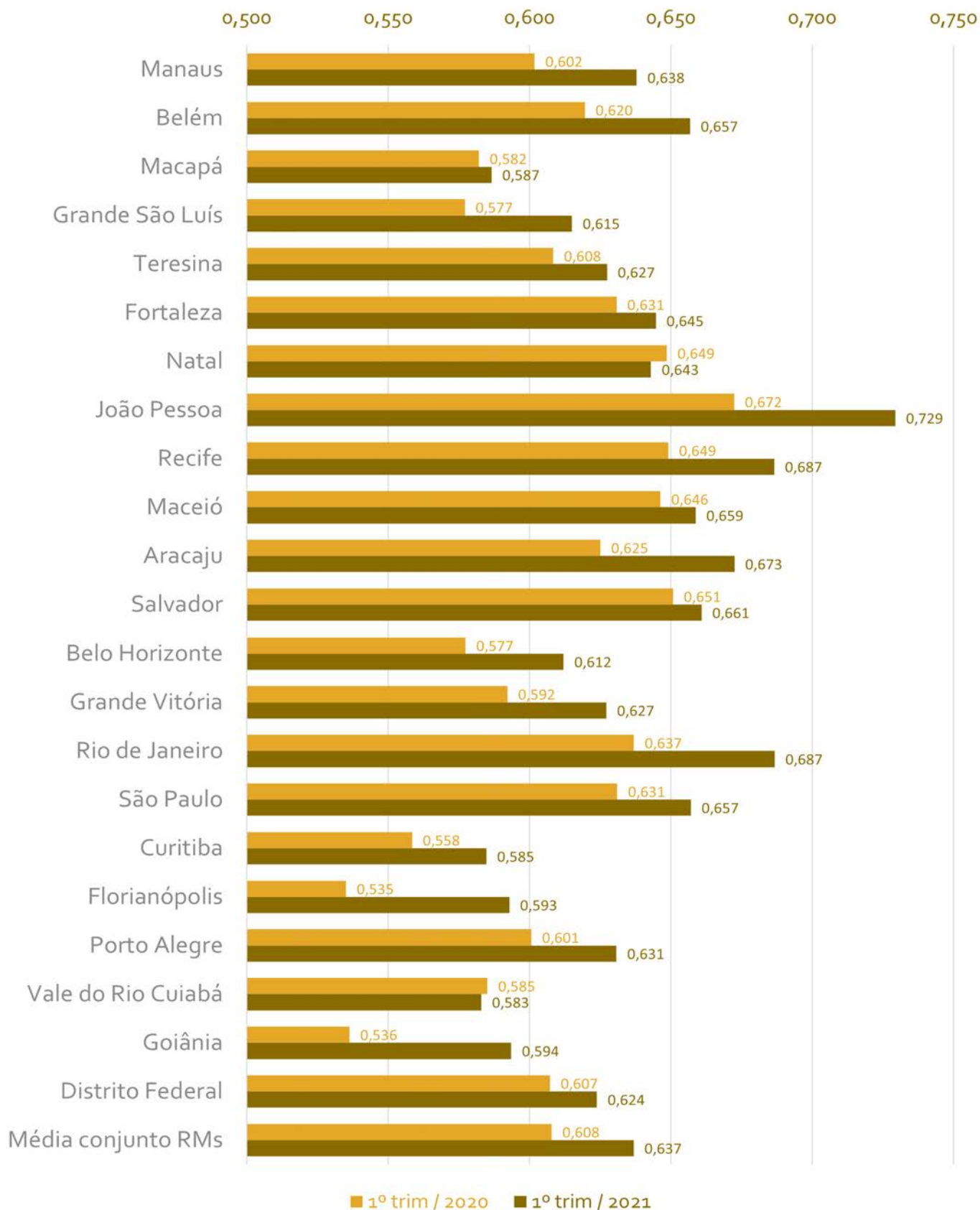


FIGURA 4: Coeficiente de Gini* do 1º trimestre de 2020 e do 1º trimestre de 2021 - Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

(*) Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

03 ESTRATOS DE RENDIMENTO

Nesta seção são apresentados a média e a variação recente dos rendimentos de três estratos de renda: os 40% mais pobres, os 50% intermediários e os 10% com maiores rendimentos⁶. Além disso, apresentamos também a razão entre os rendimentos do estrato superior e inferior. Essas informações buscam complementar aquelas verificadas a partir do coeficiente de Gini, apresentadas na seção anterior. O coeficiente de Gini tem a vantagem de resumir toda a desigualdade de uma distribuição em um único valor. Porém, como índice sintético não permite avaliar quais estratos ganharam ou perderam ao longo do período analisado. Além disso, por ser o Gini mais sensível às mudanças no meio da distribuição, é indicado complementar a análise com as razões de renda entre os estratos superiores e inferiores – medida mais sensível à desigualdade entre os extremos da pirâmide social.

Na figura 5 está plotada a evolução da média de rendimentos para o conjunto das RMs. O rendimento médio cresceu entre 2012 e 2014, se reduziu entre 2014 e 2017 e cresceu novamente entre 2017 e 2019, quando começou a cair e passou a sofrer uma queda brusca em 2020, principalmente entre o 1º e 2º trimestres. No 1º trimestre de 2020 o rendimento médio no conjunto das metrópoles, corrigido pela taxa de inflação, era de R\$ 1.423,93, caindo para R\$ 1.322,12 no 2º trimestre do mesmo ano - queda de 8,5%. Entre o 2º e 3º trimestres

o rendimento médio se manteve praticamente estável. Porém, voltou a cair sucessivamente entre o 3º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021, quando atingiu o valor de R\$ 1.302,79 – chegando muito próximo ao registrado no 1º trimestre de 2012. Dessa forma, a queda da renda nos últimos 5 trimestres (desde o 4º trimestre de 2019) foi equivalente ao ganho de renda dos 7 anos anteriores.

Na figura 6 estão expostas as variações das médias de rendimento por estratos de renda, na comparação do 1º trimestre de 2021 com o mesmo trimestre do ano anterior para o conjunto das Regiões Metropolitanas. A redução da média do rendimento observado anteriormente é verificada também em todos os três estratos de renda. Porém, a maior redução proporcional ocorreu com o estrato dos 40% da base da distribuição, ou seja, o segmento mais pobre da população registrou perda de 33,4% entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021. O estrato com rendimentos intermediários teve perdas significativamente menores do que os mais pobres, correspondente a 7,6%. O estrato de maior rendimento, correspondente aos 10% do topo da distribuição, registrou perda de apenas 4,8%. Esses valores indicam que, embora os rendimentos médios tenham caído de forma generalizada no país, o perfil de sua divisão por estrato significou um aumento da desigualdade de renda, com perdas proporcionalmente maiores para os mais pobres e perdas inferiores para os grupos com maiores rendimentos.

6 Definidos a partir das informações de rendimento de cada uma das RMs, separadamente.

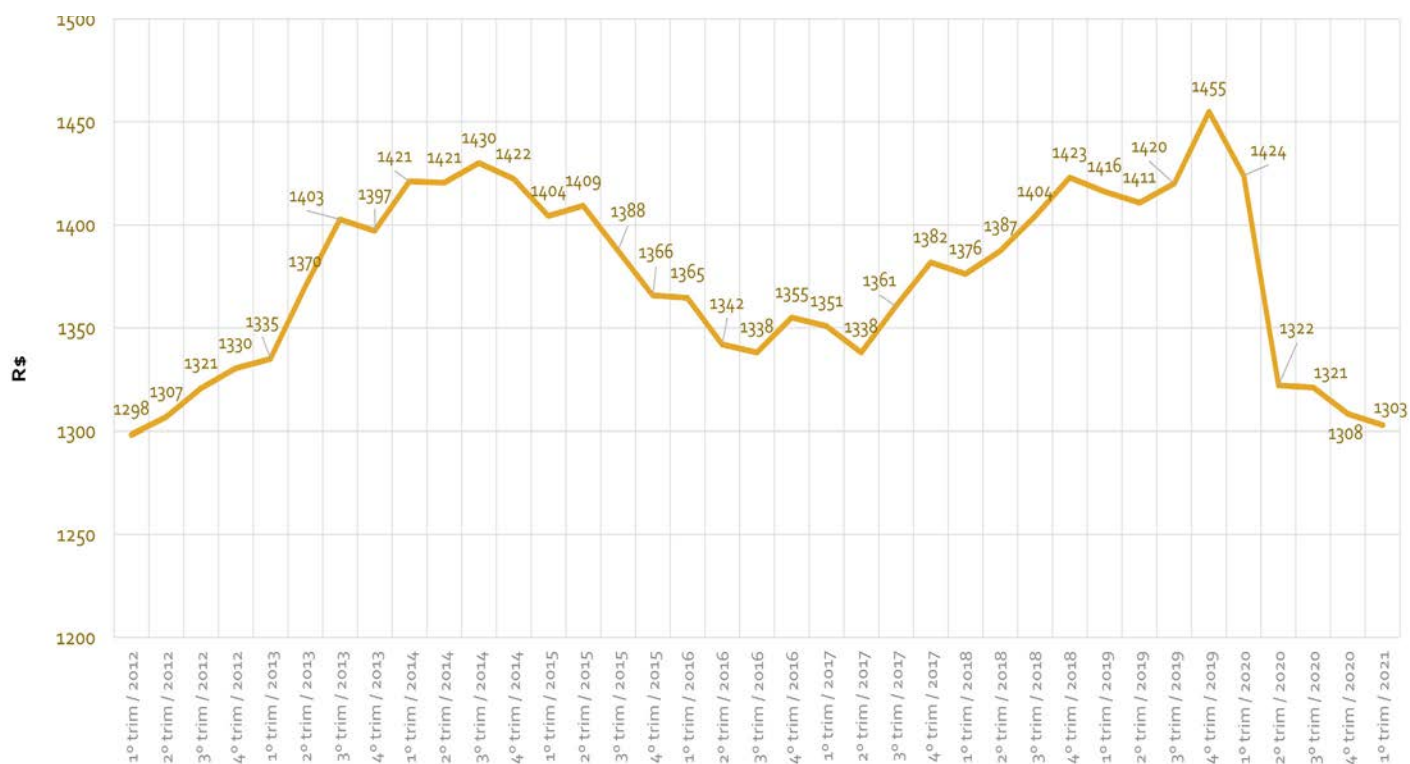


FIGURA 5: Evolução da média de rendimentos* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

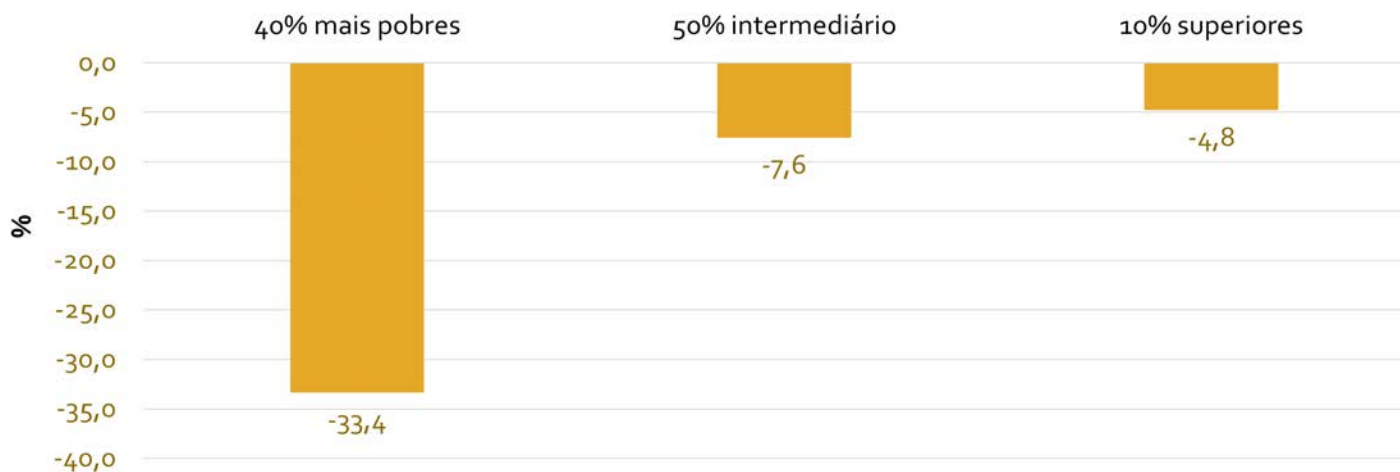


FIGURA 6: Variação da média móvel (quatro trimestres) de rendimentos* entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021 por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

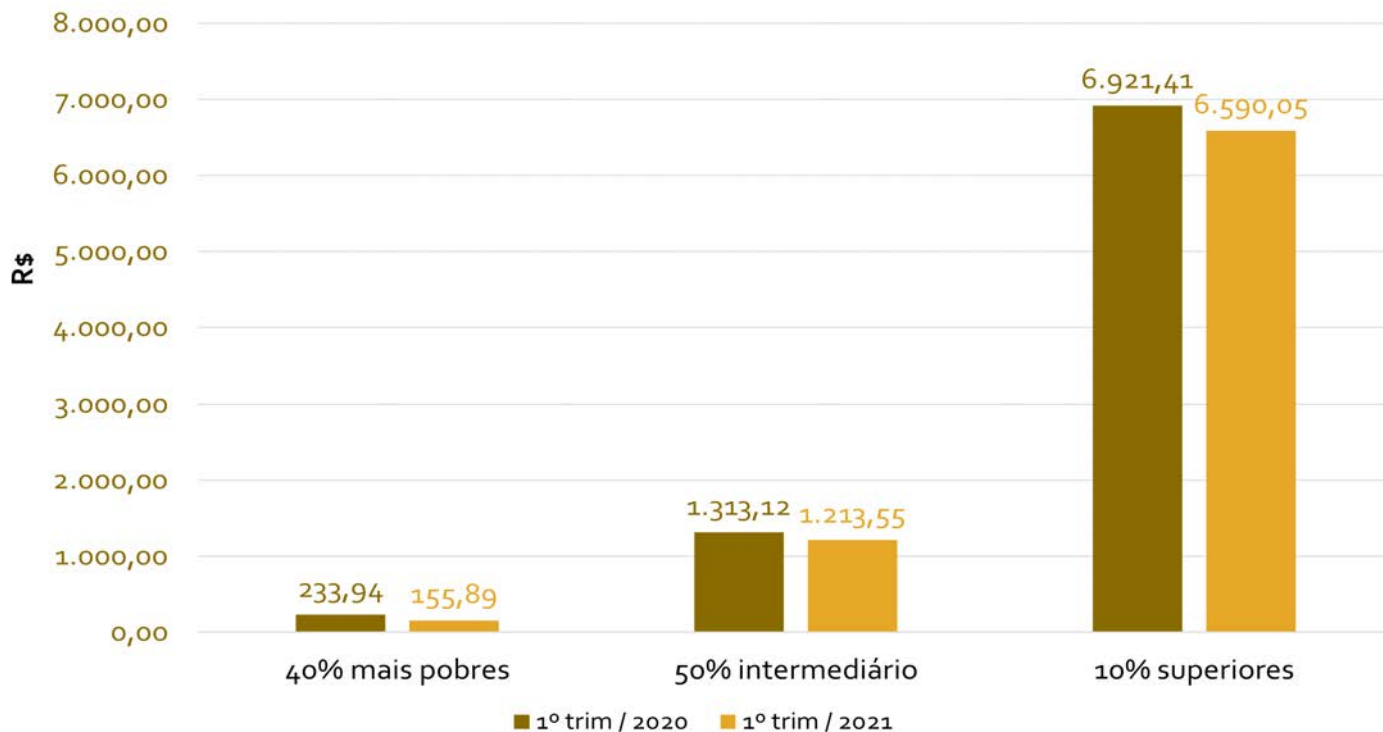


FIGURA 7: Média móvel (quatro trimestres) do valor de rendimentos* entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021 por estratos de renda – Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

Na figura 7 estão expostas as médias móveis de rendimentos per capita dos três estratos de renda para o conjunto das regiões metropolitanas no 1º trimestre de 2020 e no 1º trimestre de 2021⁷. Nesse período, o estrato de renda correspondente aos 40% da base da distribuição reduziu o seu rendimento médio de R\$ 233,94 para R\$ 155,89. O estrato de renda intermediário teve redução de R\$ 1.313,12 para R\$ 1.213,55, no mesmo intervalo temporal. O estrato de renda correspondente aos 10% do topo da distribuição reduziu de R\$ 6.921,41 para R\$ 6.590,05. Chama atenção a grande disparidade de rendimentos entre o topo da distribuição (10% mais ricos) e a base (40% mais pobres).

Na figura 8 estão expostos a variação da média móvel de rendimento dos 40% mais pobres entre o 1º trimestre de 2020 e 1º trimestre de 2021 para cada uma das regiões metropolitanas brasileiras. Percebe-se que houve queda dos rendimentos dos mais pobres em todas as regiões metropolitanas; porém, essa queda se deu de modo distinto entre elas. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que apresentou a maior queda no rendimento médio da população mais pobre, registrou decréscimo de 50,6%, ou seja, o rendimento médio caiu pela metade no período analisado. A menor queda do rendimento médio foi verificada na Região Metropolitana de Macapá, queda de 2,5%, e que havia inclusive registrado aumento do rendimento dos mais pobres no último trimestre.

De modo geral, a queda do rendimento médio da

população mais pobre (40% da base da distribuição) não apresentou um padrão regional no Brasil, tendo em vista que acima da média encontravam-se metrópoles das regiões Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Abaixo da média encontravam-se metrópoles de todas as regiões brasileiras.

É possível perceber um impacto grande da queda de renda dos mais pobres na variação da desigualdade de renda mensurada pelo coeficiente de Gini, na medida em que as RMs onde a desigualdade de renda teve maior diminuição foram também aquelas que tiveram menores perdas de rendimentos para os mais pobres: Macapá (perda de 2,5%), Vale do Rio Cuiabá (perda de 13,0%) e Natal (perda de 17,0%).

A figura 9 apresenta a evolução da razão de rendimento entre o estrato mais rico (10% do topo da distribuição) e o estrato mais pobre (40% da base da distribuição), calculada a partir das médias móveis de quatro trimestres. Observa-se que, do começo da série histórica até o 3º trimestre de 2015, houve relativa estabilidade na razão de rendimento. Apesar de alguma oscilação no começo da série histórica, no 1º trimestre de 2012 essa razão era de 22,1, alcançando a razão de 23 no 3º trimestre de 2015. Isso significa que nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 23 vezes mais do que a população da base da distribuição. A partir do 3º trimestre de 2015 passou a ocorrer elevação suave e contínua da razão de rendimento até o 1º trimestre de 2019, quando essa razão voltou a se estabilizar, porém em patamar mais elevado - pois nesse último trimestre mencionado a população do topo da distribuição ganhava, em média, 29,2 vezes mais que a população da base da distribuição.

7 Em complemento a esses dados, estão expostos no Anexo os rendimentos médios por estrato de renda para cada uma das regiões metropolitanas.

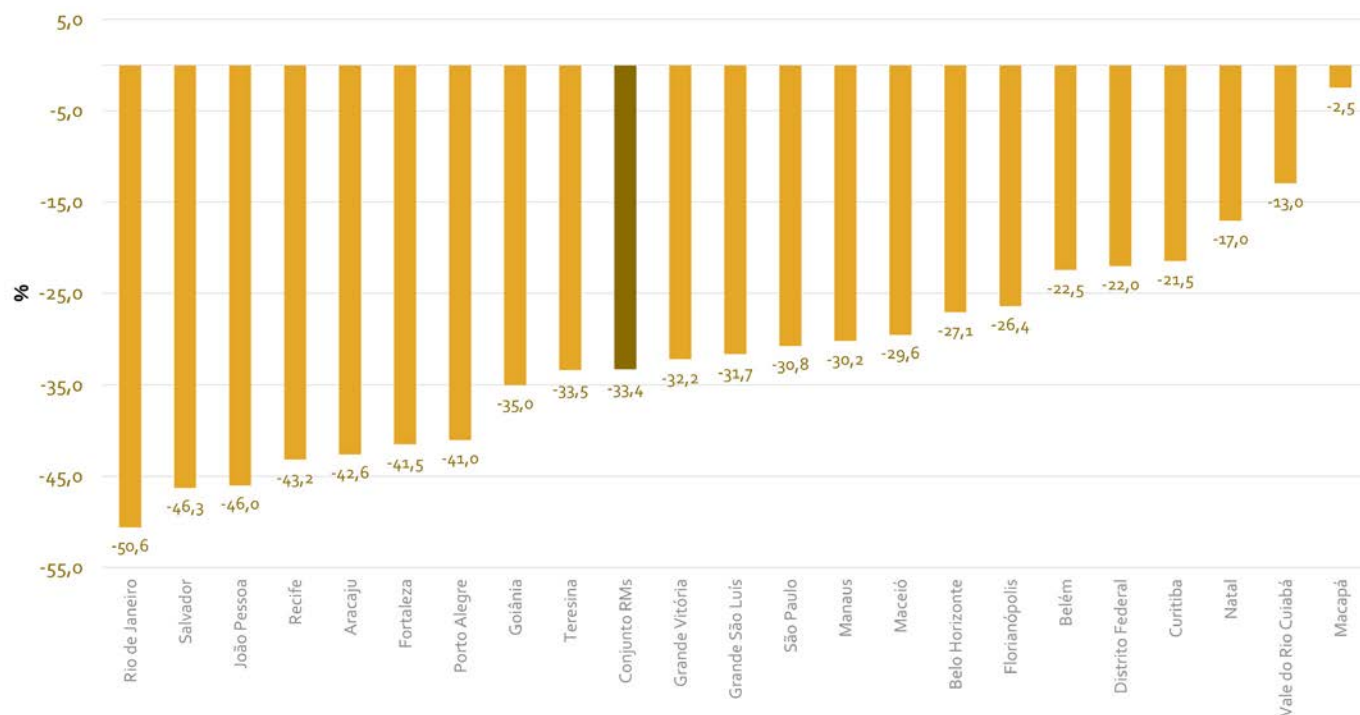


FIGURA 8: Variação da média móvel (quatro trimestres) de rendimentos* dos 40% mais pobres entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021 – Regiões Metropolitanas do Brasil, (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

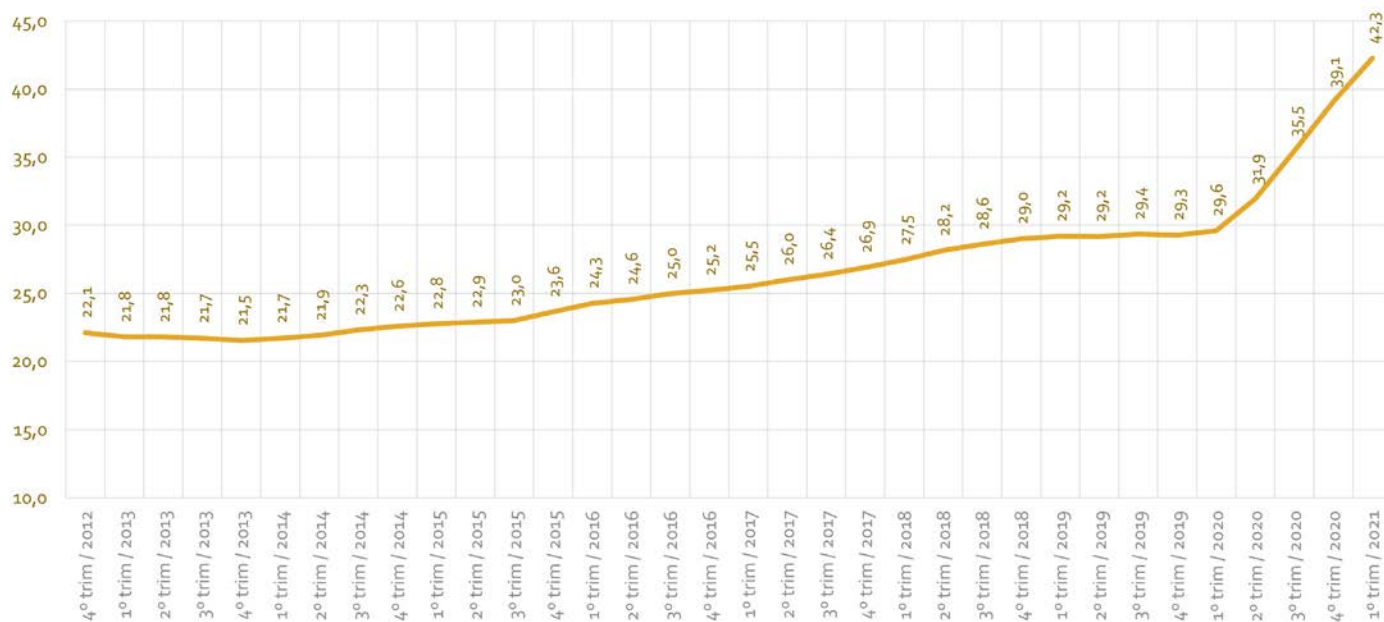


FIGURA 9: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Conjunto das Regiões Metropolitanas

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

Do 1º trimestre de 2020 até o último trimestre do ano a razão de rendimento passou a se elevar novamente, mas de maneira muito abrupta, pois a razão no começo de 2020 era de 29,6 e alcançou o patamar de 42,3 no 1º trimestre de 2021; ou seja, no começo de 2020 a população de maior renda ganhava 29,6 vezes mais do que a população de menor renda, e no final do ano a população de maior renda passou a ganhar, em média, 42,3 vezes mais do que a população de menor renda. Isso demonstra que, apesar de todos os estratos de renda terem perdido rendimento no ano de 2020, a ampliação da desigualdade observada pelo coeficiente de Gini decorreu de perdas muito mais acentuadas para o estrato de menor renda, os 40% da base da distribuição.

Na figura 10 são apresentadas as razões de rendimento entre os 10% do topo da distribuição e os 40% da base da distribuição para cada uma das regiões metropolitanas brasileiras, no 1º trimestre de 2020 e no 1º trimestre de 2021. Essa razão de rendimentos aumentou para todas as regiões metropolitanas do país e chegou a valores bastante elevados em algumas delas, como João Pessoa e Rio de Janeiro, onde o rendimento médio dos 10% mais ricos passou a ser de 99,8 e 74,6 vezes maior do que o rendimento médio dos 40% mais pobres, respectivamente.

As cinco regiões metropolitanas com as maiores razões de rendimento no 1º trimestre de 2021 foram, em ordem decrescente, as RMs de João Pessoa (99,8), Rio de Janeiro (74,6), Recife (63,8), Salvador (59,5) e Aracaju (58,2). No extremo oposto, as regiões metropolitanas em que a razão de rendimentos no 1º trimestre de 2021 era menor foram, em ordem decrescente, as RMs de Florianópolis (28,5), Goiânia (26,5), Curitiba (24,3), Macapá (23,6) e Vale do Rio Cuiabá (23,4).

Embora essa razão tenha crescido e indicado aumento da

desigualdade em todas as metrópoles, a taxa de crescimento variou bastante entre elas. As Regiões Metropolitanas que apresentaram maior crescimento da razão de rendimentos no período foram Rio de Janeiro (109,6%), João Pessoa (96,6%), Aracaju (76,9%), Florianópolis (63,2%) e Recife (58,4%). Já as Regiões Metropolitanas que tiveram os menores crescimentos dessa razão de rendimento no período foram Curitiba (22,8%), Maceió (21,2%), Natal (3,6%), Macapá (3,3%) e Vale do Rio Cuiabá (1,3%).

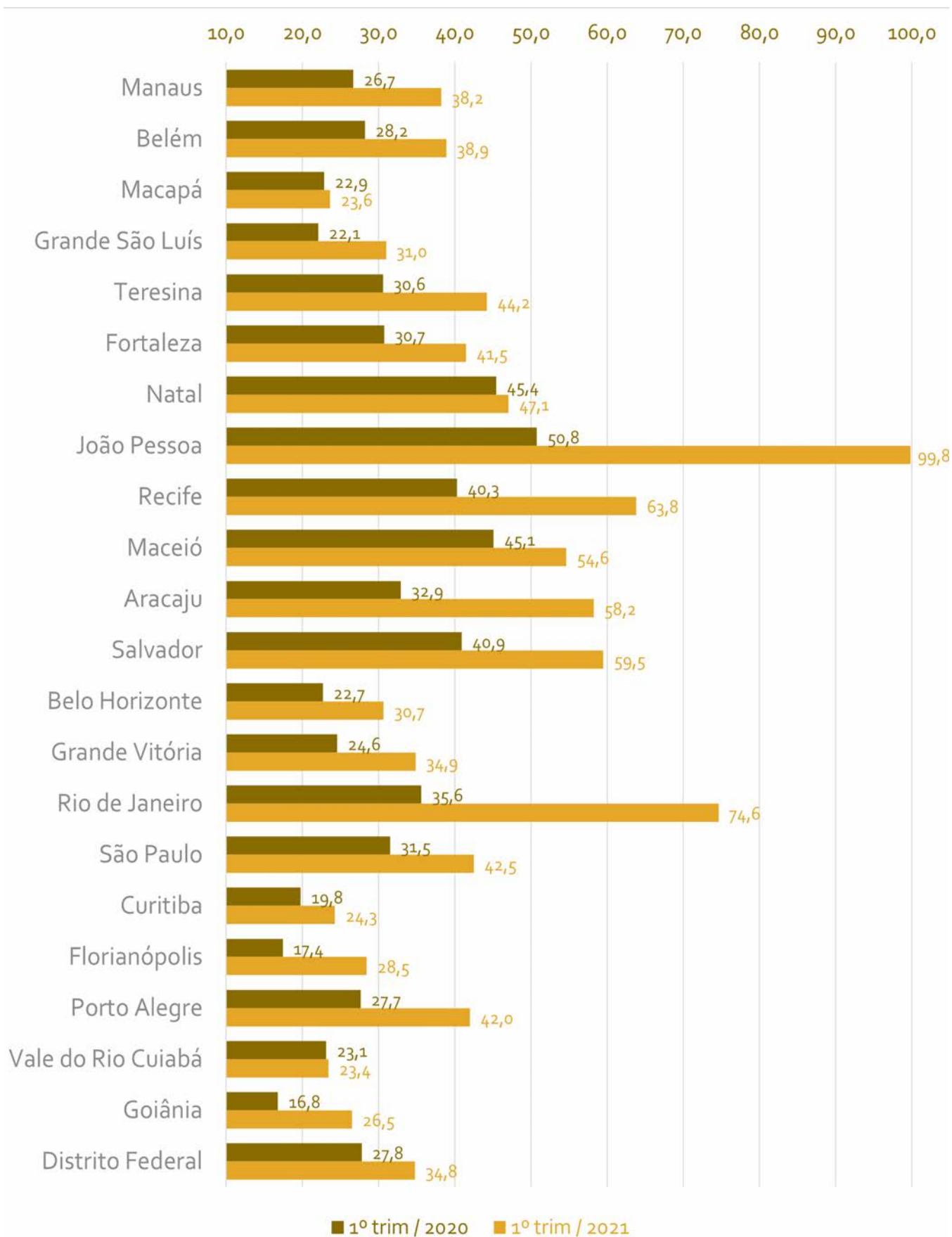


FIGURA 10: Razão de rendimentos* entre os 10% do topo e os 40% da base da distribuição - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da média móvel (4 trimestres) da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA)

04 RENDIMENTOS ABAIXO DE ¼ DO SALÁRIO MÍNIMO

Nesta seção são apresentados os dados relativos à parcela da população que tem rendimentos abaixo de um quarto do salário mínimo. Assim, buscamos mensurar a parcela da população sujeita à situação de vulnerabilidade e que vive com rendimentos que podem ser considerados muito baixos. A população nessas condições é constituída pelo conjunto dos indivíduos vivendo em domicílios com rendimento do trabalho per capita inferior a um quarto do salário mínimo. Tomamos como referência o valor do salário mínimo de cada trimestre/ano, tendo este valor sido corrigido pelo mesmo deflator de preços que aplicamos aos rendimentos.

Na figura 11 está exposta a evolução do percentual de indivíduos que ganham até ¼ do salário mínimo desde 2012 para o conjunto das regiões metropolitanas. Se percebe que entre o 1º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2015 essa taxa flutuou entre 18% e 20% com pequenas variações, mas mantendo certa estabilidade. Entre o 1º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2019 essa taxa sofreu pequenas elevações, mas mantendo o comportamento de estabilidade em um patamar mais elevado, isto é, flutuando entre 22% e 24%. A partir do 1º trimestre de 2020, aquela taxa sofreu um crescimento expressivo, chegando ao valor mais alto da série histórica, 30,8% no 3º trimestre de 2020, e se estabilizando em cerca de 29% nos dois trimestres seguintes. Além do aumento registrado, é importante destacar que em toda a série histórica os valores registrados são bastante elevados.

Na figura 12 estão apresentados os percentuais de indivíduos vivendo em domicílio com rendimento per capita de até ¼ do salário mínimo, para cada uma das regiões metropolitanas,

no 1º trimestre de 2020 e no 1º trimestre de 2021. Em todas as regiões metropolitanas foi registrado aumento desse percentual, sendo mais elevado nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste e inferior nas regiões metropolitanas do Sul, Sudeste (com exceção da RM do Rio de Janeiro) e Centro Oeste.

Os maiores percentuais de indivíduos vivendo em domicílios com rendimento per capita de até ¼ do salário mínimo foram registradas nas RMs de Maceió (45,3%), João Pessoa (43,2%), Recife (41,7%), Teresina (41,0%) e Aracaju (40,1%), todas regiões metropolitanas do Nordeste. No outro extremo, as RMs que registraram as menores taxas foram, em ordem decrescente, as RMs de São Paulo (23,8%), Vale do Rio Cuiabá (22,1%), Distrito Federal (21,4%), Florianópolis (20,6%) e Curitiba (19,9%).

Além disso, para o conjunto das regiões metropolitanas essa taxa variou entre 23,7%, no 1º trimestre de 2020, para 29,9%, no 1º trimestre de 2021, um aumento de 26,2% no período. E, apesar de todas as regiões metropolitanas registrarem aumento no período, esse aumento aconteceu em taxas diferentes, sendo os maiores aumentos observados nas RMs de Goiânia (45,8%), Porto Alegre (36,8%), São Paulo (35,0%), Rio de Janeiro (30,5%) e Fortaleza (29,0%). Já as menores elevações da taxa foram registradas nas RMs de João Pessoa (14,6%), Belém (11,8%), Teresina (9,5%), Natal (6,2%) e Macapá (0,4%).

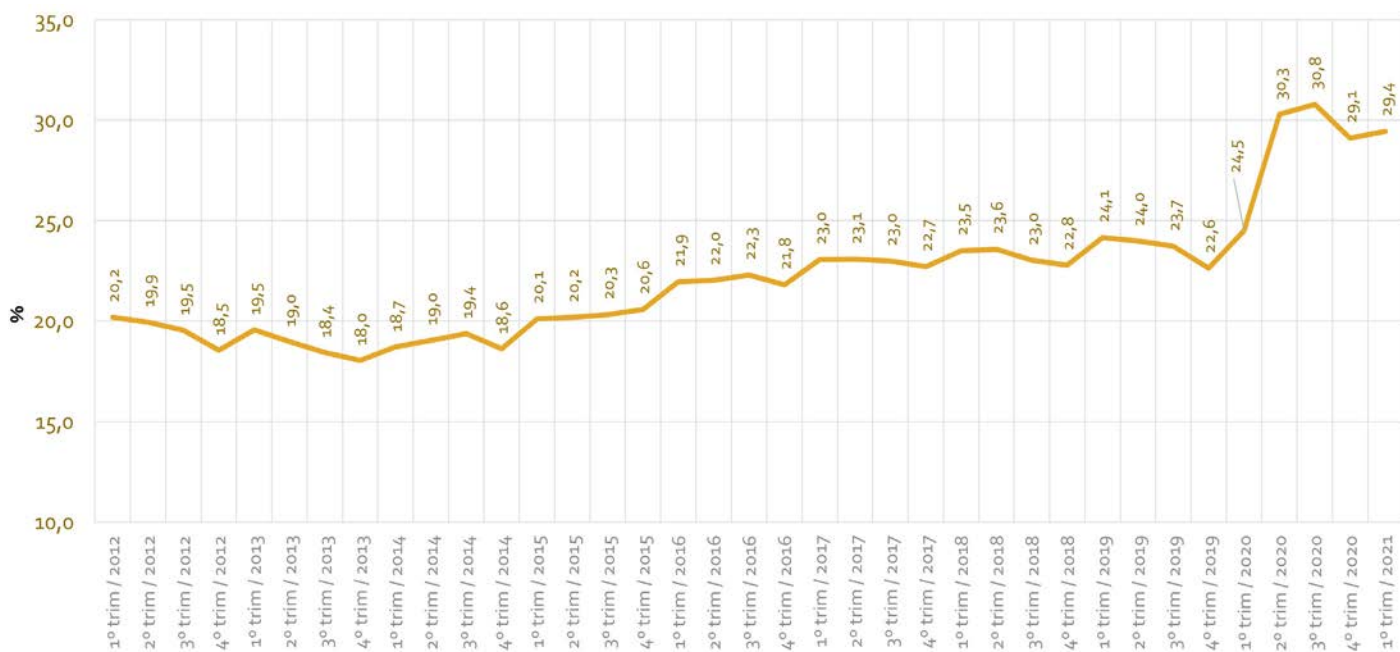


FIGURA 11: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário mínimo- Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

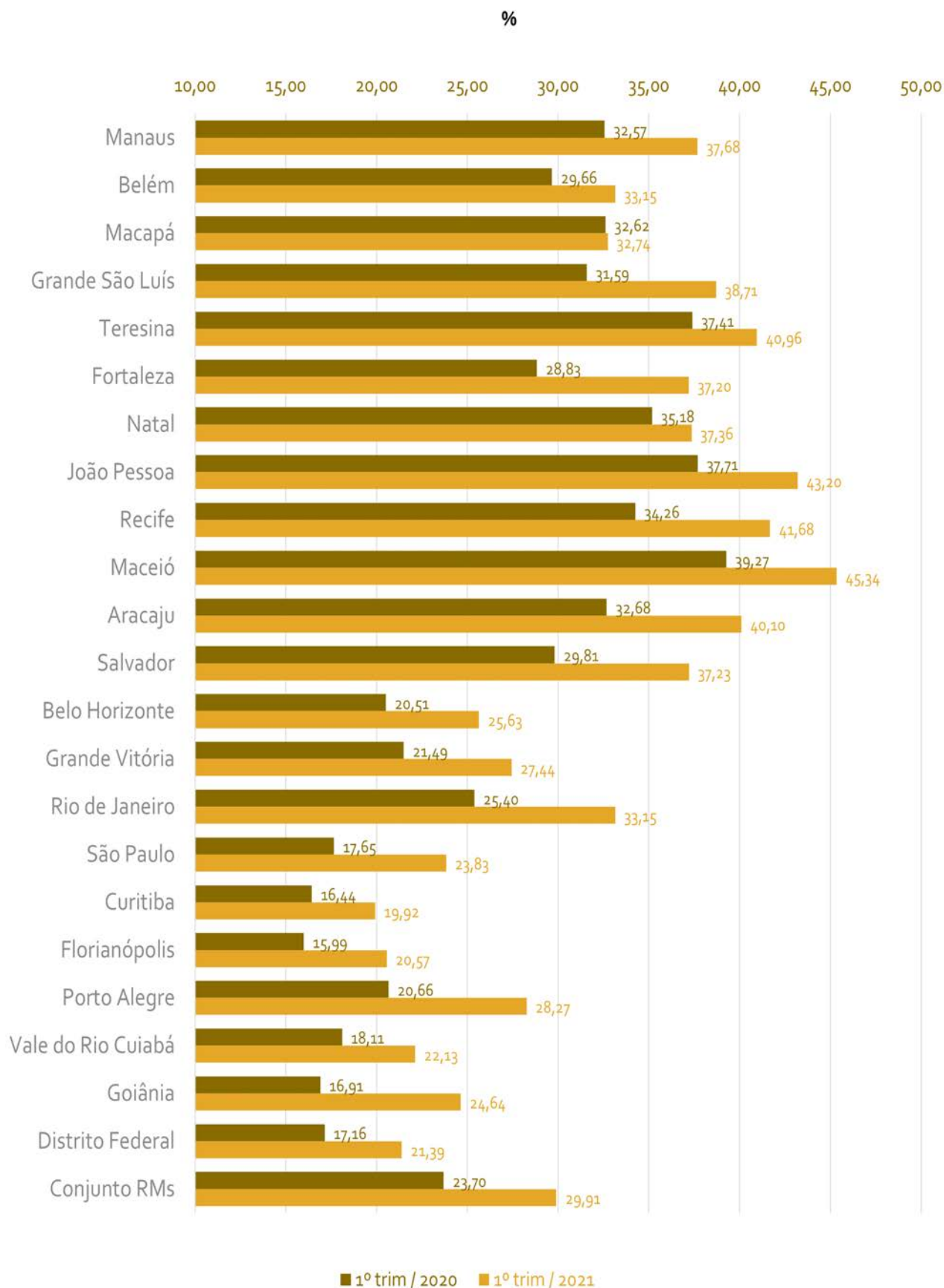


FIGURA 12: Indivíduos vivendo em domicílios com rendimento* per capita de até ¼ do salário mínimo - Regiões Metropolitanas do Brasil (média móvel de quatro trimestres) (%)

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

05 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: ESCOLARIDADE

As informações complementares deste Boletim referem-se à evolução das desigualdades de escolaridade. Essas informações são observadas por meio da variável de anos de estudos completos dos indivíduos ocupados e relacionadas aos estratos de rendimentos (40% mais pobres, 50% intermediários e 10% mais ricos da distribuição de renda).

Na figura 13 está exposta a evolução da média móvel (ao longo de 4 trimestres) de anos de estudo completos para o conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil. A escolaridade medida pelos anos de estudo completos vem crescendo de forma contínua desde o início da série histórica). Ao longo de toda a série histórica, a média de anos de estudo completo passou de 10,8 para 12,2, um crescimento acumulado de 12,8%.

Na figura 14 está exposta a média móvel (ao longo de 4 trimestres) de anos de estudo completos para cada uma das regiões metropolitanas no início da série histórica, o 4º trimestre de 2012, e o valor mais atual, no 1º trimestre de 2021. É possível perceber que a média atual de anos de estudos completos é bastante variada entre as regiões do país e assume o maior valor na RM de Florianópolis (13 anos) e o menor valor na RM de Maceió (11 anos). Além da RM de Florianópolis, as RMs que registram maior média de anos de estudo no 1º trimestre de 2021 são, em ordem decrescente, as RMs do Distrito Federal (12,8 anos), Rio de Janeiro (12,6 anos), São Paulo (12,6 anos) e Salvador (12,4 anos). Já as metrópoles com menores médias de anos de estudo completos no período foram, em ordem decrescente, as RMs de Recife (11,5 anos), João Pessoa (11,3 anos), Fortaleza (11,3 anos), Teresina (11,2 anos) e Maceió (11 anos).

A variação durante os 8 anos da série histórica também foi diferente entre as regiões metropolitanas. O crescimento da média de anos de estudo, que foi 12,8% para o conjunto das regiões metropolitanas, variou entre 20,9% de aumento na RM de Natal até 6,8% na RM de Recife. As metrópoles que tiveram maior evolução na média de escolaridade foram as RMs de Natal (20,9%), João Pessoa (18,0%), Salvador (16,7%), Florianópolis (16,6%) e Teresina (16,6%). No outro lado as metrópoles que tiveram as menores evoluções na média de escolaridade ao longo dos últimos anos foram Goiânia (9,9%), Grande São Luís (9,6%), Aracaju (9,5%), Vale do Rio Cuiabá (9,4%) e Recife (6,8%).

Avaliando a relação entre a desigualdade de rendimentos e as desigualdades de escolaridade, está exposta na figura 15 a evolução da média móvel de anos de estudo completos, por estratos de rendimento, para o conjunto das Regiões Metropolitanas. Para o estrato dos 10% mais ricos, a média de escolaridade foi crescente em todo o período, mas de modo lento, estando em torno de 15 anos de estudo ao longo de toda a série e chegando a 15,4 anos de estudo em 2021. Já para a faixa intermediária, o perfil foi de evolução leve, mas superior ao do perfil de renda mais alta, com a média de anos de estudo deste grupo atingindo 13 anos de estudo. Já para o estrato mais baixo, dos 40% mais pobres, a evolução foi de 9,2 anos de estudo, em 2012, até 10,6 anos de estudo no 1º trimestre de 2021. Assim, apesar de bastante elevada, a diferença de escolaridade entre os grupos vem diminuindo.

No 1º trimestre de 2021 a média de anos de estudo entre os 10% mais ricos era 1,45 vezes maior do que entre os 40%

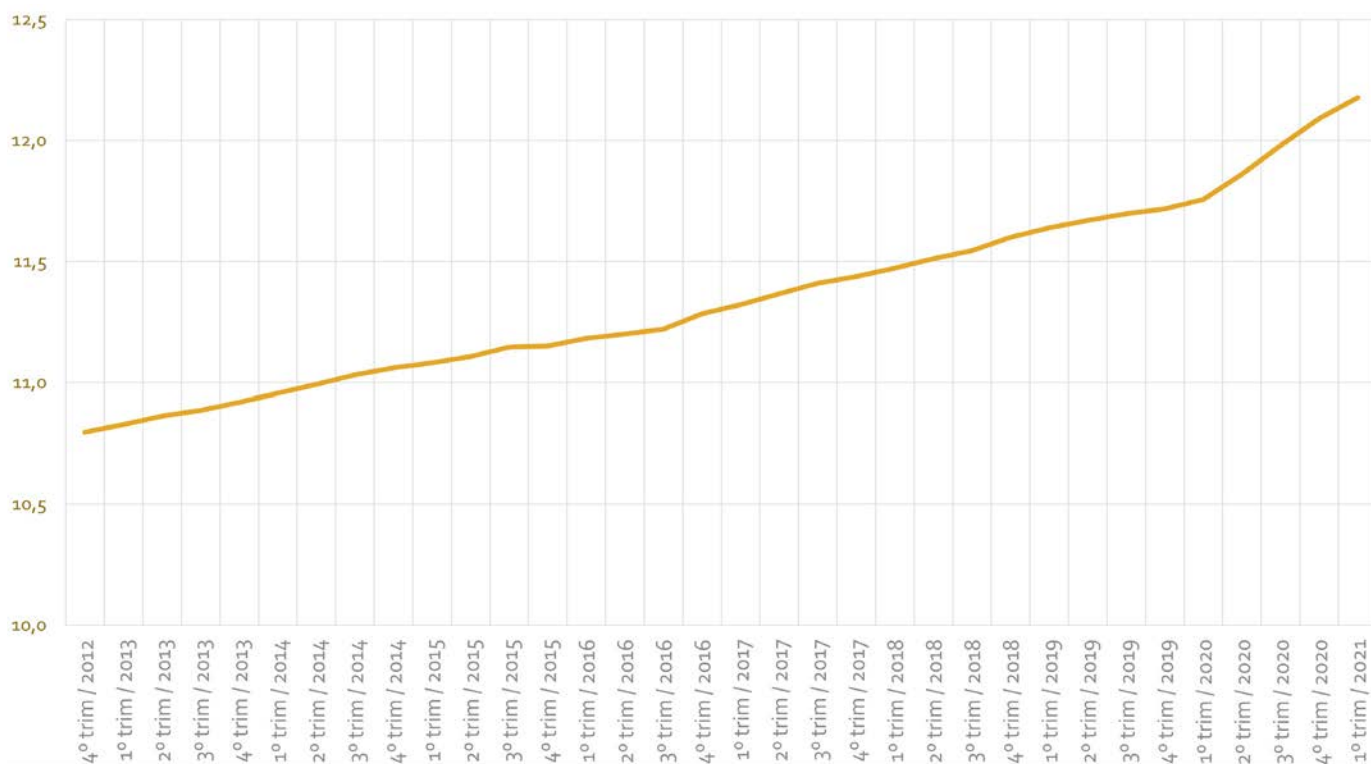


FIGURA 13: Evolução da média móvel (quatro trimestres) de anos de estudo completos* - Conjunto das Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Somente para indivíduos ocupados no período de referência.

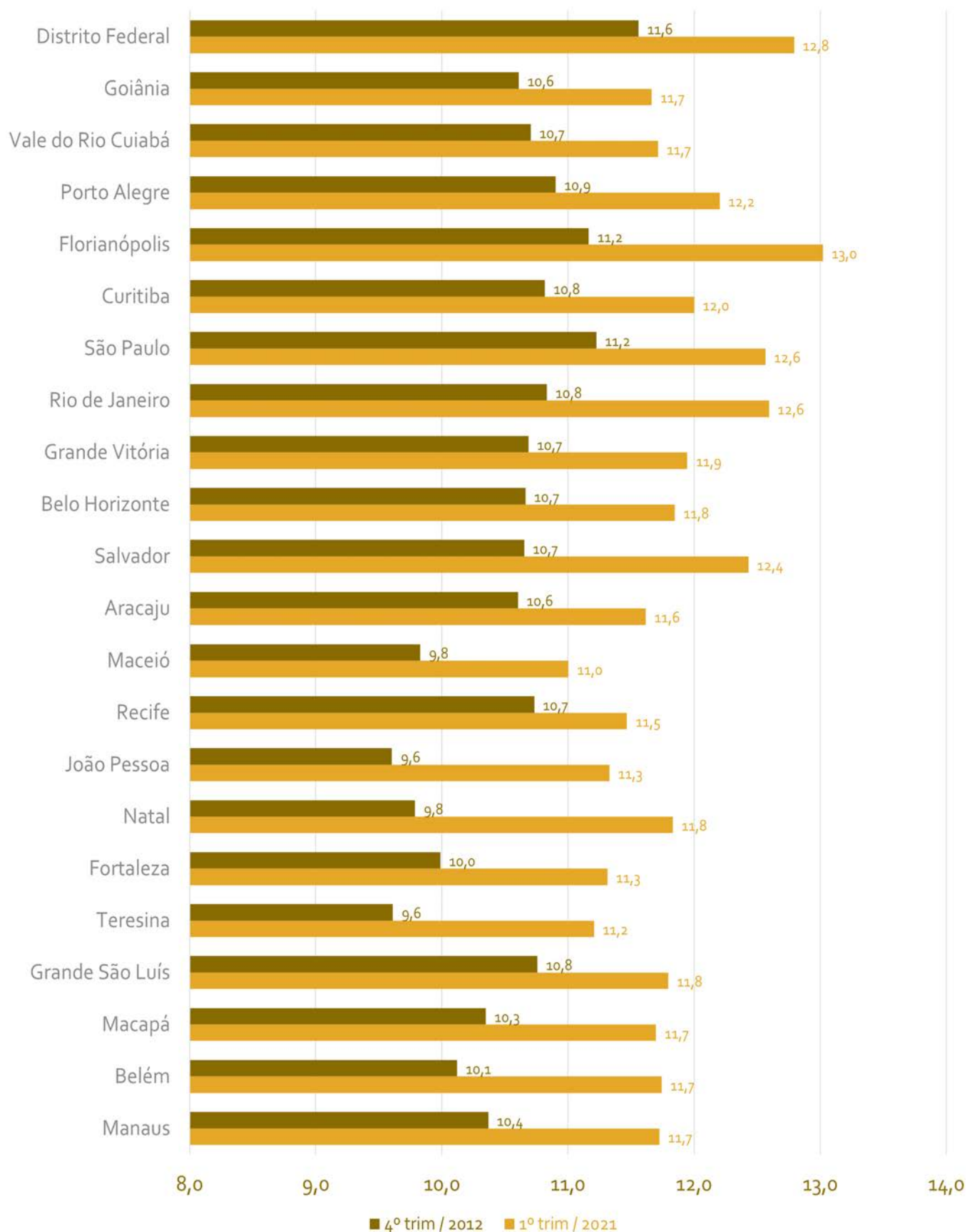


FIGURA 14: Média móvel (quatro trimestres) de anos de estudo completos* - Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Somente para indivíduos ocupados no período de referência.

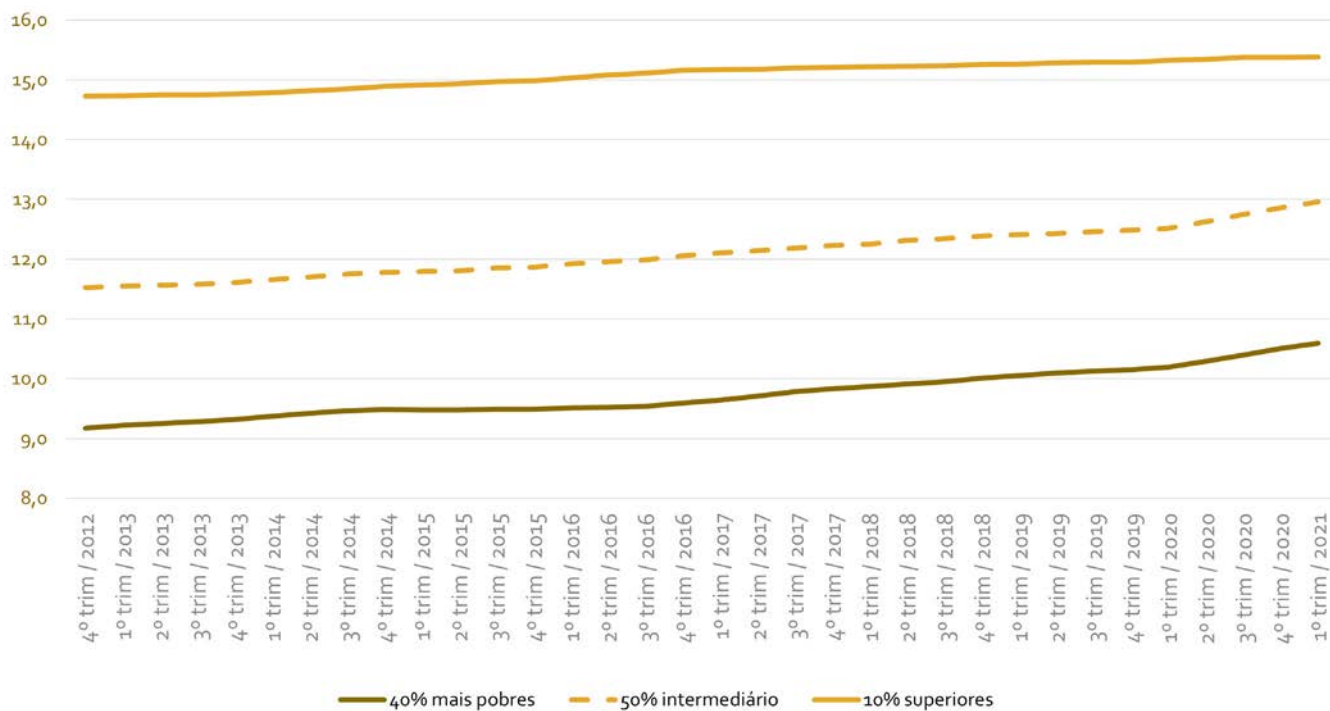


FIGURA 15: Média móvel (quatro trimestres) de anos de estudo completos*, por estratos de rendimento - Conjunto das Regiões Metropolitanas**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Somente para indivíduos ocupados no período de referência.

(**) Calculado a partir da renda bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

mais pobres, o menor valor ao longo dos últimos anos, o que demonstra também a redução das desigualdades nesse quesito. Esse valor atingiu seu maior patamar no início na análise, no 4º trimestre de 2012 (1,60 vezes maior para os mais ricos) e vem sucessivamente se reduzindo ao longo dos trimestres.

Na figura 16 estão expostos os dados relativos às desigualdades na média de anos de estudo entre os estratos de rendimento para cada uma das regiões metropolitanas do Brasil no 1º trimestre de 2021. Para o estrato de renda superior, os 10% mais ricos, a média de anos de estudo variou entre 14,8 anos, na RM de Teresina, e 15,8 anos, na RM do Distrito Federal. Já para o estrato intermediário, a média variou entre 11,9 anos, na RM de Teresina, e 13,9 anos, na RM de Florianópolis. Já para o estrato mais pobre, os 40% mais pobres, a menor média de escolaridade registrada foi 9,4 anos, na RM de Maceió, e a maior foi de 11,7 anos, na RM de Florianópolis. Além disso, a RM de João Pessoa foi a metrópole onde foi registrada a maior desigualdade entre a média de anos de estudo dos estratos superiores e inferiores, com os mais ricos tendo em média 1,6 vezes mais anos

de estudo. Na RM de Florianópolis foi onde essas médias estavam mais próximas, com os 10% mais ricos tendo em média 1,33 vezes mais anos de escolaridade.

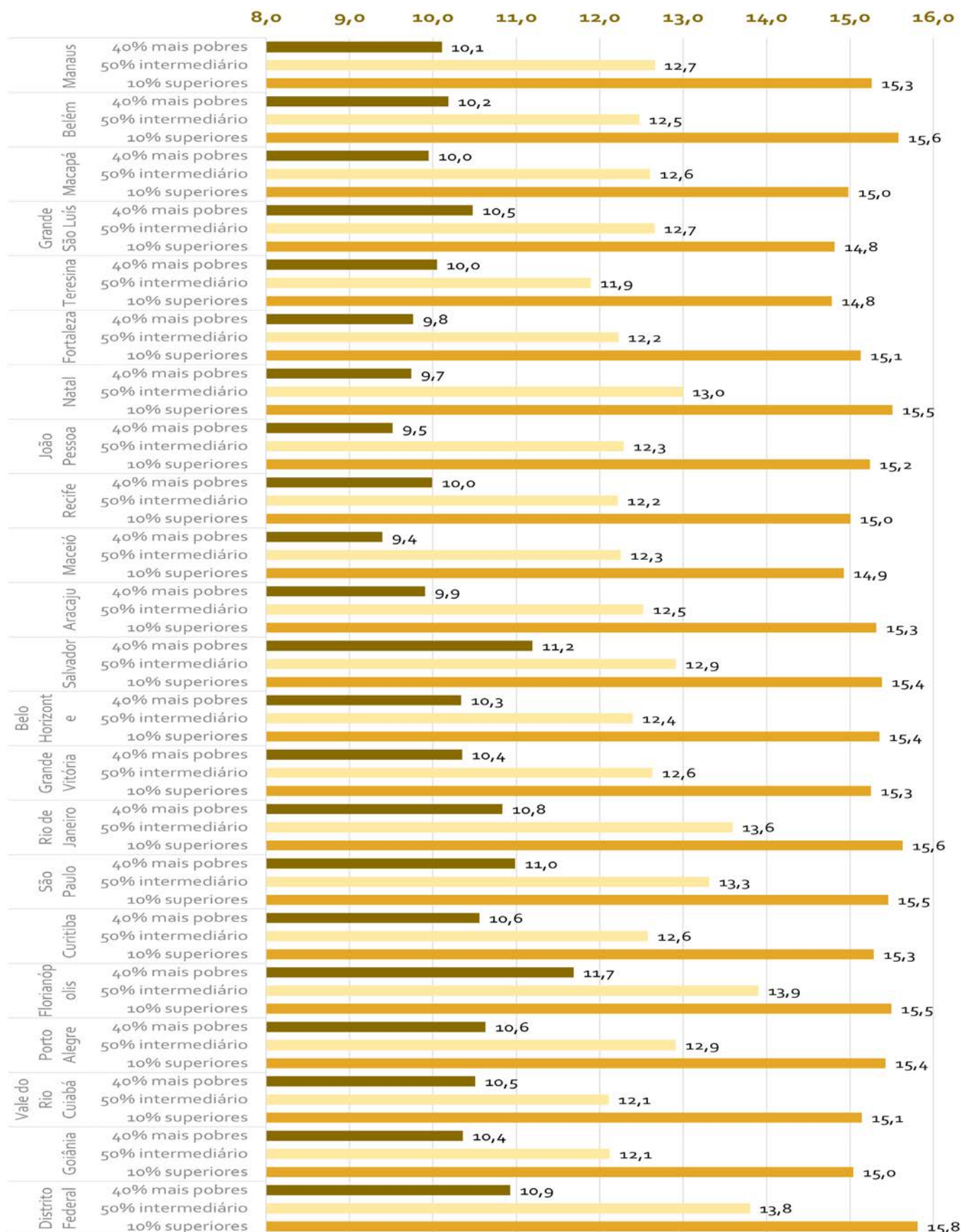


FIGURA 16: Média móvel (quatro trimestres) de anos de estudo completos*, por estratos de rendimento, no 1º trimestre de 2021 - Regiões Metropolitanas do Brasil**

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Somente para indivíduos ocupados no período de referência.

(**) Calculado a partir da renda bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

TABELA 1:
Média móvel (4 trimestres) de rendimentos* entre o 1º trimestre de 2020 e o 1º trimestre de 2021 por estratos de renda – Regiões Metropolitanas do Brasil

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE). Tabulação própria.

Nota: (*) Calculado a partir da renda domiciliar per capita habitual bruta de todos os trabalhos (valores constantes, 1º trimestre 2021 / IPCA).

		1º trim / 2020	1º trim / 2021
Manaus	40% mais pobres	158	110
	50% intermediário	856	787
	10% superiores	4.217	4.213
Belém	40% mais pobres	180	139
	50% intermediário	905	882
	10% superiores	5.071	5.421
Macapá	40% mais pobres	165	161
	50% intermediário	902	920
	10% superiores	3.781	3.807
Grande São Luís	40% mais pobres	159	109
	50% intermediário	787	706
	10% superiores	3.506	3.362
Teresina	40% mais pobres	113	75
	50% intermediário	766	743
	10% superiores	3.448	3.319
Fortaleza	40% mais pobres	179	105
	50% intermediário	926	815
	10% superiores	5.516	4.350
Natal	40% mais pobres	117	97
	50% intermediário	1.061	953
	10% superiores	5.337	4.585
João Pessoa	40% mais pobres	105	57
	50% intermediário	855	712
	10% superiores	5.316	5.643
Recife	40% mais pobres	124	70
	50% intermediário	859	694
	10% superiores	4.998	4.498
Maceió	40% mais pobres	85	60
	50% intermediário	711	598
	10% superiores	3.851	3.287
Aracaju	40% mais pobres	140	80
	50% intermediário	922	811
	10% superiores	4.606	4.675
Salvador	40% mais pobres	147	79
	50% intermediário	1.043	929
	10% superiores	6.031	4.711
Belo Horizonte	40% mais pobres	255	186
	50% intermediário	1.251	1.195
	10% superiores	5.787	5.695
Grande Vitória	40% mais pobres	245	166
	50% intermediário	1.246	1.151
	10% superiores	6.013	5.780
Rio de Janeiro	40% mais pobres	197	97
	50% intermediário	1.311	1.244
	10% superiores	7.020	7.267
São Paulo	40% mais pobres	300	207
	50% intermediário	1.596	1.475
	10% superiores	9.447	8.814
Curitiba	40% mais pobres	342	269
	50% intermediário	1.636	1.516
	10% superiores	6.769	6.524
Florianópolis	40% mais pobres	395	290
	50% intermediário	1.902	1.934
	10% superiores	6.880	8.262
Porto Alegre	40% mais pobres	259	153
	50% intermediário	1.499	1.351
	10% superiores	7.152	6.407
Vale do Rio Cuiabá	40% mais pobres	278	242
	50% intermediário	1.284	1.231
	10% superiores	6.428	5.665
Goiânia	40% mais pobres	310	201
	50% intermediário	1.346	1.193
	10% superiores	5.204	5.336
Distrito Federal	40% mais pobres	323	252
	50% intermediário	1.971	1.901
	10% superiores	8.984	8.765

PUCRS

